

11
No. 25360

MANUEL RODRIGUES LAPA

A política do idioma e as Universidades

SEPARATA DO N.º 341 DA «SEARA NOVA»
VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

LISBOA
1933

Shi

A POLÍTICA DO IDIOMA
E AS UNIVERSIDADES

COMPOSTO E IMPRESSO NA TIPOGRAFIA DA SEARA NOVA
CALÇADA DO TEJOLO, 37-A—LISBOA

DEP. LEG.

MANUEL RODRIGUES LARA



R. 119137

A política do idioma e as Universidades

SEPARATA DO N.º 341 DA «SEARA NOVA»
VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

LISBOA
1933

SECRET

PROHIBED TO BE REPRODUCED OR
TRANSMITTED IN ANY FORM OR BY ANY MEANS

CONFERÊNCIA REALIZADA NO SALÃO DA «ILUSTRAÇÃO
PORTUGUESA», EM 15 DE FEVEREIRO, E REPETIDA EM
COIMBRA, NA ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS, EM 30 DE MARÇO

Minhas senhoras e meus senhores :

Fui convidado a fazer uma conferência sôbre os problemas actuais da nossa língua e aceitei; mas aceitei com esta condição primordial: que, sem ligações nem compromissos de qualquer espécie, procederia aqui como um homem livre, que teimo em ser, que não consente a menor restrição à sua liberdade de pensar e dá aos outros em troca o pleníssimo direito de pensarem como lhes aprouver. Quanto ao *modo* de o fazer, entendo que vão sendo horas de implantar neste pobre país o culto das verdades simples, daquelas verdades *que se não podem dizer*, e que, a-pesar das limitações da hora presente, vai sendo tempo de se *falar português*, isto é, *alto e em bom som*.

Não sei — nem isso grandemente me interessa — a que motivos obedeceu a indicação da minha pessoa para proferir a conferência de hoje. Talvez a simples circunstância de me haver já ocupado, em uma ou outra publicação, do passado da nossa

língua. Motivo fútil, que denuncia um dos mais evidentes defeitos da nossa cultura, tão evidente que o sutil e pitoresco Keyserling o surpreendeu em três ou quatro dias que estanciou entre nós: o amor imoderado, absorvente, das cousas velhas, e o prestígio também imoderado dos cultivadores de vèlharias. Não é assim o que sucede comigo e — estou em dizer — com os homens da minha geração, que muito têm aprendido nestes últimos tempos: o amor do passado exerce-se em função do porvir, não é pois um fim, é sempre um meio, meio duma melhor intelligência do presente e duma provável determinação do futuro. *A vida é uma faina que se faz para diante*, dizia há pouco um grande pensador espanhol. E acrescento eu: não se deve mergulhar no passado senão com vistas de caminhar mais para a frente; tomá-lo como uma fita ondeante da jornada percorrida, à qual se volvem gostosamente os olhos para nela encontrar o estímulo de novas energias e de novas experiências. É assim, minhas senhoras e meus senhores, que nós compreendemos o passado; é assim o nosso nacionalismo: qualquer coisa de muito diferente do nacionalismo hipócrita dos últimos figurinos, qualquer coisa enfim, que se poderia resumir dêste modo: quanto mais portugueses, tanto mais afervoradamente europeus.

É com esta mentalidade e com esta sinceridade que eu venho fazer-vos hoje uma conferência sobre o idioma.

Seria talvez ocioso dizer-vos que eu amo apaixonadamente a minha língua; amo-a, porque nas minhas explorações tenho encontrado nela as maiores belezas de forma e de substância; porque é um instrumento incomparável para a ternura do amor e para as mais tempestuosas indignações — língua contraída de marinheiros lhe chamou Quinet; porque foi durante muito tempo a língua das mais desvairadas gentes do mundo; e porque — supremo milagre da língua! — é hoje em Portugal a única cousa que verdadeiramente nos une. Com efeito, nunca porventura se assistiu em Portugal a um espectáculo tão desolador e tão funesto: em política, em literatura, em ideologia económica e financeira, andamos mortalmente desavindos; nunca foi entre nós tão profunda a separação das almas; somos duas feras, que se querem devorar uma à outra; a história um dia há-de ser inexorável para aqueles que semearam os ódios desta seara de maldição. Pois bem, a língua é a única cousa que nos não divide, que existe acima dos separatismos da raça — e a nossa é bem atravessada! — e do dissídio das inteligências; é portanto neste momento a nossa realidade radical, o único suporte indiscutível da nossa vida colectiva. Hoje em Portugal existimos verdadeiramente, porque falamos nesta terra todos português.

Há povos que têm uma alma dilacerada e confusa: são aqueles que, pelos acasos da história, da história feita pelos grandes homens, são obrigados

a falar duas e mais línguas: uma, a verdadeira, a que se mamou dos seios maternos, a outra, que é imposta oficialmente pelo conquistador. Temos aqui à porta exemplos dêsse formidável equívoco; um dêles, a Galiza, interessa-nos particularmente, por se tratar de mais de dois milhões de bôcas que falam como que às escondidas o português. Êsse caso faz parte da conferência de hoje e como tal o trataremos na sua oportunidade.

Nós não sabemos o bem que temos, nem as vantagens que nos têm vindo da unidade excepcional da nossa civilização e da nossa língua. Sempre assim foi: e um momento houve em que o instrumento dessa cultura estava tão acreditado e tão primorosamente afinado, que por tôda a Hispânia, excepção feita duma pequena faixa a nordeste, onde é hoje a Catalunha, tôda a gente se entendia em galego-português, levando o apuro e o bom gôsto a utilizar a nossa língua para as efusões do coração: nos séculos XII e XIII em quási tôda a Península as almas enamoradas só escreviam em português; dessa cultura sentimental restam-nos hoje mais de 40.000 versos, que constituem um tesouro de lirismo único na Europa. Para avaliarem da excelência dêsse idioma, capaz, já em fins do século XII, de exprimir as mais finas aguarelas da sensibilidade e da imaginação, leio a V. Ex.^{as} a cantiga mais pequenina dos cancioneiros, composição do trovador galego Pai Soares de Taveiros. A idea é encantadora: o namorado trovador

pede aos seus olhos que não chorem, para podem ver o vulto da mulher amada :

Meus olhos, gran cuita d'amor
me dades vós, que sempr'assi
chorades ; mais já des aqui,
meus olhos, por Nostro Senhor,
non choredes, que vejades
a dona por que chorades !

(C. A. 39).

Esta supremacia lingüística decaíu, atropelada pelo nacionalismo castelhano, no século xv ; mas já então êste pequeno povo, fortíssimo bloco, sem separatismos nem regionalismos pronunciados, excepção curiosíssima na Europa esfacelada, começava a cogitar outros domínios e outras aventuras. E para além dos mares levou o que de melhor possuía : a sua língua. Por lá existe ainda, diminuído e deturpado, êsse pedaço da velha alma portuguesa. Dessa aventura longínqua do Oriente trouxe ela não sei que esplendor e sonoridade que tanto encantaram Valery Larbaud.

Nunca soubemos aproveitar esta grande superioridade ; ou melhor nunca soubemos compreendê-la. Um dia, que não virá talvez longe, o compreenderemos. Numa Espanha federada—para lá caminhamos, ao que parece—o grupo galego-português com cêrca de nove milhões de falantes poderia ter uma indiscutível supremacia. Era, como vêem, uma desforra de certas humilhações da

História. Talvez que um dia os acontecimentos no-la preparem; nós é que não estamos preparados para isso.

*
* * *

¿ Como se desenvolveu a nossa língua? Mais ou menos como tôdas as línguas de civilização: pela acção ora combinada ora discrepante de dois elementos, que andam há séculos para se entenderem: o povo e os letrados ou clérigos. Se atentarmos na evolução duma língua, havemos de verificar que a acção dos letrados se exerce quasi sempre em sentido reaccionário e limitador, coisa aliás natural por ser gente que olha muito para trás. Inventaram porém os hipócritas maneira de nos iludirem e criaram o neologismo; o neologismo literário é quasi sempre um fenómeno de reacção encapotado em modernismo, um recurso de pedantes e — pior do que isso — um roubo feito a cadáveres, como é o furto feito ao grego e ao latim. Os letrados procedem sempre assim em literatura e em política: sob côr de novidades impingem-nos mil coisas velhas.

O fenómeno neologístico tem uma importância social tão grande como pròpriamente lingüística; a grande época dos neologismos que é a Renascença é o coroamento duma obra de divórcio propositado, que tem dado e está dando ainda os mais nefastos resultados: o clérigo sibarita, orgu-

lhoso da sua cultura antiga, despreza o *povo rudo e vão*, finge desconhecer-lhe a língua e desinteressa-se do seu destino. Uma vez por ignorância, outras por pedanteria, enche o idioma de vocábulos novos, cintilantes, já incorporados de há muito na vida da língua. E surge então a plétora das formas divergentes, umas antigas, orgânicas, outras modernas e postiças, que significam, não tanto novas necessidades de expressão, mas uma divergência radical de sentimentos e opiniões.

Um malgrado escritor de assuntos lingüísticos deu-nos há pouco um documentado ensaio sobre os latinismos dos Lusíadas. Por êle vemos que de tantas palavras forrageadas no grego e no latim só uma escassa meia dúzia, talvez nem tanto, conseguiu entrar na linguagem de todos os dias: ao idioma, cousa viva e activa, repugna a aceitação de cousas mortas.

O povo é pois, por cima dos interêsses e das vaidades efémeras dos letrados, o verdadeiro criador da língua, e é também o seu mais dedicado conservador. E os letrados só o são de verdade, quando, a carão das palpitações do povo, que devem amar e proteger, se souberem elevar ao sentido universal da vida. É êste e não outro o verdadeiro segrêdo do génio literário: a colheita de flores de humanidade no hôrto variado dos nacionalismos.

A prova mais flagrante de que o povo dispensa os clérigos na formação crescente do idioma,

está em que, quanto mais abandonada por êles, mais uma língua se desentranha em opulência de formas. É o caso, por exemplo, do galego actual. Andou há pouco um filólogo alemão, o sr. Ebeling, por terras montanhosas de Lugo, a investigar a nomenclatura das alfaias agrícolas da região. E deparou com uma riqueza inexplorada de floresta virgem; a abundância da terminologia é tal que o *gancho* da gadanha, por exemplo, que na nossa Serra da Estrêla conta com dois nomes apenas, o *côço* ou *pé* da gadanha, recebe ali catorze designações, quasi tôdas de origem metafórica.

Esta super-produção tem, em lingüística como em economia, o seu lado desfavorável: a concorrência exagerada das formas pulveriza o idioma; e, fôrça bruta da natureza, precisa de ser regulada, encaminhada, para ser útil e fecunda; necessita da assistência dos técnicos. Êsses técnicos da língua são os chamados filólogos.

V. Ex.^{as} sabem que em Portugal houve uma pléiada notabilíssima de filólogos, autoridades acatadas no domínio da lingüística românica, e que foram: Adolfo Coelho, Gonçalves Viana, Júlio Moreira, Epifânio, Cortesão, José Joaquim Nunes. Citemos o único sobrevivente do grupo, o dr. Leite de Vasconcelos, velho extraordinário, que, passante já dos 70, trabalha com a rabiosa energia dum moço. A êste grupo, em que há três não universitários, devemos que a nossa língua tenha merecido a romanistas estrangeiros algumas das suas

mais acuradas investigações, entre êles e acima de todos D. Carolina Michaëllis com o seu imenso labor filológico, Cornu com a sua excelente « Gramática histórica portuguesa », Lang com a edição modelar do « Cancioneiro de D. Denis », e Nobiling com os estudos penetrantíssimos sôbre a linguagem dos trovadores. Foi um trabalho ingente o dêsses pioneiros e realizadores. Agrupados em volta da já velha e gloriosa *Revista Lusitana*, interpretaram com devoto amor os documentos do passado e desenterraram e salvaram da poeira e da traça dos arquivos alguns dos mais belos monumentos da nossa língua. Criaram entre nós um gôsto inegável pelos problemas lingüísticos. Sem êles, a vasta legião dos amadores não teria pábulo para o seu diletantismo, nem teríamos o prazer de ouvir hoje o médico illustre que é o dr. Ricardo Jorge discretear sôbre o abusivo emprêgo do gerúndio, o publicista distinto que é Agostinho de Campos ventilar questões de ortografia, ou a enciclopédia humana que é o sr. Alfredo Pimenta esclarecer casos duvidosos de sintaxe.

Contudo e a-pesar dos serviços prestados, é preciso ter cautela com os filólogos. Homens do passado, divinamente ingénuos e quási sempre teimosos, são levados, por fôrça do seu mister, a re-frear o passo à língua, julgando-se potentes e competentes para corrigir algumas das suas demasias e liberdades. Trabalho quási sempre inútil; e inútil, porque se há aí alguém que escreva mal são

precisamente os filólogos, que nos aconselham a escrever bem. Estes respeitabilíssimos senhores estão quási sempre a falar-nos de "purismo" gramatical e a indicar-nos que o bom caminho é volvermos aos tempos vernáculos de João de Barros ou Fr. Luís de Sousa. No fundo, de tanto lidarem no passado, não têm uma clara compreensão das exigências do presente. Tôda a inovação os escandaliza. E quando aparece um divino artista como Eça, escrevendo um português de lei, aqui e ali atravessado como propositadamente por um estrangeirismo, lançam sôbre êle a filológica maldição de afrancesado, tal como os subditos da senhora D. Maria I, que Deus haja, alcunhavam os pedreiros-livres, em nome dum nacionalismo, que nos atrasava da Europa um século.

E aqui, tocamos um ponto extremamente delicado e grave: a filologia tem sido entre nós, continua a ser, inconscientemente, uma escola de reacção ou de inacção, que é o mesmo, senão pior. O filólogo profissional, entre nós, continua a não ler os jornais do dia, a não se informar do que vai por êsse mundo fora... e continua a ser ridículo e pueril. Um dos meus mais queridos amigos, filólogo distinto, ainda não há muito, falando-lhe eu de não sei que deveres de cidadão, respondeu-me que não entendia nada de política. Foi assim que nos educaram nas escolas por onde andámos; nunca se preocuparam, e muito menos agora, de fazer de nós verdadeiros homens e autênticos ci-

dadãos. E contudo, se há disciplina que possa contribuir para isso é precisamente o estudo do idioma e da literatura nacionais. Isto é hoje uma verdade adquirida, que nem vale a pena discutir. O que deveria porém ser discutido é o uso que se tem feito da língua e da literatura para a propaganda reaccionária, a extensão significativa que nos programas tem certos períodos literários e a quasi omissão de certos autores mais sinceros e perigosos... Isso levar-nos-ia muito longe e ficará para outra ocasião.

*

* *

Os pioneiros, há pouco citados, que muito fizeram pela língua, deixaram naturalmente muito por fazer. E o grande mal, que se lhes pode com razão assacar, foi o de não terem acautelado a sucessão nas investigações, o de não terem criado discípulos, feito escola. É o grande defeito da nossa educação científica, explicável pelas razões que expusemos: o isolamento feroz do professor, a distanciação propositada do aluno, a timidez docente perante certos problemas da vida. Esse erro, que a falsíssima organização das nossas escolas avolumou e em parte provocou, como havemos de ver, deu em resultado que os estudos científicos da língua quasi paralisaram em Portugal. Hoje sente-se um movimento de renovação, a que é pre-

ciso dar asas, se queremos que o pássaro vôle mais alto.

Os precursores, dizia há pouco, deixaram-nos muito por fazer; tanto que, medindo o que está feito e o que está ainda por fazer, ou por fazer mais bem feito, se tem às vezes a impressão de que o estudo da língua, pelo menos em alguns dos seus aspectos, é um terreno quási virgem. Êsses precursores aplicaram, é certo, à filologia portuguesa os métodos modernos, vigentes nos meios científicos estrangeiros, embora, a partir dum certo momento, ocultassem, ou por incompreensão ou por horror das novidades ou por fadiga mental, certas correntes de metodologia lingüística, que estão hoje consagradas. Já la vão vinte anos que se publicou o grande monumento filológico que é o *Atlas Lingüístico da França*, de Gilliéron. Êsse grande acontecimento não teve e não tem tido o menor eco entre nós; os problemas da geografia lingüística continuam a ser ignorados em Portugal. Por isso a doutrinação dos precursores teve um carácter descritivo, expositivo, não palpou a causalidade dos fenómenos, não foi ao cerne dos problemas. Não teve tempo, dir-me-hão. Não é bem assim: não teve pachorra nem possibilidades.

Uma língua não se estuda apenas voltado para o passado; o mais seguro método é conhecermos a fundo os seus processos de hoje, as minúcias da sua engrenagem articulatória e interpretar, com

esta única realidade que possuímos, que é a língua viva moderna, os documentos dêsse passado. O método contrário exclusivo pode conduzir a erros tremendos. Com efeito, que sabemos nós da língua de há quinhentos anos? Aquilo que nos diz a grafia vacilante dessa época. É bem pouco, na verdade; essa ortografia nunca poderá captar todos os matizes da complicadíssima fonética, que sempre foi a portuguesa. Por isso, em todos os países e desde há muito, se tem dado o maior incremento ao estudo da fonética experimental. Em todos, menos em Portugal.

O que é curioso, sob êste aspecto, é que nós tivemos um dos maiores foneticistas europeus, um homem que conseguiu fazer suprir o desfavor oficial e a ausência dum laboratório, com um ouvido maravilhoso, que lhe disse cousas maravilhosas sôbre as sonoridades da nossa língua. Foi Gonçalves Viana. Os seus trabalhos de fonética portuguesa, notáveis como são, precisam duma revisão laboratorial urgente; não só por motivos propriamente científicos, mas ainda pedagógicos. O ensino das linguas vivas está-se fazendo com base experimental e com o auxílio de sinais fonéticos. Que manual têm os estrangeiros para aprenderem as modalidades do nosso falar? Nenhum, visto que o pequeno compêndio de Gonçalves Viana, editado em 1903 pela casa Teubner, está completamente esgotado. Ou antes, temos um; mas êsse mais valia que não existisse, para decôro de nós

todos. Refiro-me a um manual de fonética dum professor da Universidade de Coimbra, plágio textual e gráfico descabelado de vários autores estrangeiros. Disseram-me que durante algum tempo estudantes forasteiros seguiram êsse método; como aquilo é uma mistura tonta de palatogramas espanhóis e alemães, é de crer que êsses desgraçados falem hoje uma geringonça incompreensível, julgando falar português. O comentário a estas desvergonhas já está feito.

Ainda em outros domínios, como o estudo das formas, da sintaxe, da semântica, do léxico, os horizontes abrem-se-nos tão largos e tão vazios, que quasi nos chegam a intimidar. Deverá contudo dizer-se que os estudos da sintaxe clássica têm sido cultivados no Brasil com certo entusiasmo, embora nem sempre com método científico. O seu grande representante, Mário Barreto, morreu há pouco de morte estupidíssima. Era um excelente amigo de Portugal. Faz-nos muita falta.

Para cometer essa obra em base segura, com método, é indispensável editar muito texto inédito e promover a revisão das edições dos nossos autores. Muitos erros e equívocos que por aí correm são fundados em lições estropiadas. Alguém se lembrou já de fazer a revisão das edições de Garrett, de Camilo e de Eça de Queiroz? Quantas coisas curiosas nos não seriam reveladas dêsse simples confronto? Trabalho paciente? Sem dúvida; mas em todo o caso trabalho urgente.

Julgo pressentir nesta altura em V. Ex.^{as}, com alguns sinais de cansaço, esta interrogação: — Mas que fazem entre nós a Academia das Ciências e as Faculdades de Letras do país? Por ora, estou habilitado a dizer a V. Ex.^{as} que uma faz sessões solenes, quer de elogio mútuo, quer de altos estudos, as outras fabricam por ano um certo número de licenciados e alguns doutores. Mas talvez seja mais fácil dizer a V. Ex.^{as} aquilo que elas não fazem e a razão porque o não fazem.

Sobre a Academia pouco haverá que dizer pela simples razão de que pouquíssimo tem feito, nos últimos tempos, do muito que lhe competia fazer em proveito da língua. O seu *Boletim* actual dá idea do esgotamento da consagrada corporação. Os grossos *Boletins* d'antanho, onde, a par de muita farfalhada, encontramos estudos de valia sobre assuntos de lingüística e de literatura, apparecem-nos agora tão esqueléticos, que nos dão que pensar. E o que é sem dúvida lamentável é que no ponto de vista do estudo do idioma a actividade da Academia esteja de há muito reduzida a pouco mais de zero. Não nos deu ainda nem o *Dicionário* nem a *Gramática* da língua, que muitas pessoas simples esperam dela. É certo que muitos pensam que é melhor estar parada do que praticar loucuras; porque a maré actual não vai positivamente de rosas para as pobres Academias. Ainda há pouco se publicou uma Gramática da Academia Francesa. O grande Brunot safu-lhe à

frente e não teve grande dificuldade em provar o inacreditável chorrilho de disparates da sábia congregação. Há dias, Américo de Castro, em "El Sol", flagelava o conservantismo anacrónico, o budismo estupefaciente da Academia Espanhola, que desbarata a sua enorme riqueza em verdadeiras bagatelas, concedendo prémios sabe Deus como, gastando rios de dinheiro numa inconcebível edição de Lope de Vega, e fabricando um "Dicionário" da língua, em que se dizem coisas encantadoras, como estas:

Bactéria = organismo vegetal que aparece entre outros, porém afastado e sem ter com êles nenhuma relação.

Banana = fruto grosso, triangular e macio.

Cão = mamífero que tem sempre o rabo menor que as patas posteriores, uma das quais o macho costuma erguer para urinar.

À nossa felizmente não se podem apontar estas mazelas: vantagem evidente do não fazer sobre o fazer mal feito. Anda, é certo, empenhada em nos dar o enguiçado *Dicionário*; tudo porém nos diz, pela pachorrenta lentidão das cousas, pela fatalidade de ridículo que paira sobre as infelizes Academias, que ainda desta feita não passaremos da palavra *azurrar*. Não sei, com franqueza, por que motivos se obstinam em manter, num país pobre como o nosso, uma instituição, que de modo nenhum está justificando a sua existência e é até, sob certos aspectos, perigosa para a saúde intelectual do país.

Quanto às Faculdades de Letras, o caso é muito mais grave, porque já não é infelizmente divertido. Não é novidade para V. Ex.^{as} que a Universidade portuguesa está passando por uma pavorosa crise: a crise fatal de todo o organismo refractário às solicitações do ambiente. Os mil e um incidentes escandalosos, as revelações vergonhosas que têm ultimamente vindo a público e o que conhecemos pessoalmente dela, dão-nos esta lamentável certeza: a nossa Universidade é um maquinismo avariado, que, ou se conserta sem demora, pela substituição de grande número das suas peças, ou se põe de vez para o lado, como coisa inútil e estorvadora.

Esse desconôrto, que atinge proporções inenarráveis, é sensível sobretudo, como é natural, nas Faculdades que se ocupam das ciências do espírito e muito especialmente nas Faculdades de Letras, em que o estudo do idioma e da literatura tem lugar preponderante. É mesmo a necessidade official dêsse estudo, dentro dos quadros universitários, a única cousa que pode justificar hoje a sua conservação para alguns espíritos mais timoratos. Sem embargo dalgumas pessoas competentes e respeitabilíssimas que existem nesses estabelecimentos, o que ali se ensina e a maneira como se ensina traz a marca segura dos organismos em decadência. Atitudes individuais, que pretendam levantar o corpo combalido, resultam já inúteis. A mênzina já não faz virtude, como se dizia na língua dos curandeiros. Deixá-lo morrer ao de-

samparo, é crueldade. O melhor será dar-lhe o golpe de misericórdia, porque a agonia parece demorada.

E depois? perguntam os medrosos do que está para vir. Depois, o mundo continua a dar voltas, os homens continuam a viver e a morrer, os deuses continuam a ser impassíveis e a árvore continua a florir e a frutificar.

Para que temer pois o futuro? Porque nos não lançamos a êle com o mesmo afã devorador com que sondamos o passado? Se nós temos, ou parecemos ter, no celticismo anelante da nossa alma o amor do desconhecido e até do inalcançável, porque receamos das novidades? Quem nos desvirtuou o espírito, que já nem parecemos ser o que fomos um dia? Não temos novas terras a descobrir; porque nos não aventuramos a descobrir novas regiões da inteligência e da sensibilidade?

Não sei se V. Ex.^{as} conhecem a Faculdade de Letras da nossa Universidade. É a única escola do mundo para a qual se entra a descer. Uma escadaria duvidosa e lóbrega conduz-nos a um claustro fradesco; por cima de sepulturas monacais chegamos a uma escada indescritível, suja, tortuosa, que nos leva a três ou quatro salas de aula; o tecto ameaça desabar; no inverno chove no corredor como na rua; na podridão catastrófica de tudo aquilo já há lugar para os cogumelos. Ao fim de outro corredor encontra-se a última aula da casa;

é a mais espaçosa e alegre e tem esta virtude: uma estrebaria vizinha esparge nela um aroma cavalaresco; e de quando em quando a voz do mestre é interrompida pelo zurro consolado dum jumento. É assim o templo das ciências do espírito da Universidade de Lisboa. Neste antro, a que por lá chamam *tasco*, se tem formado ou deformado centenas de rapazes e raparigas. E não consta que jamais os pais portugueses se tenham insurgido contra esta criminosa miséria. Na Espanha admirável e inquieta também sucedia cousa parecida, embora não tão vergonhosa; pois em cinco meses o governo espanhol edificou um soberbo palácio, inaugurado há dias, para a Faculdade de Filosofia e Letras. É uma das grandes realizações da democracia daquele país.

O ensino é, salvo sempre honrosas excepções, qualquer coisa de condizente com o ar mefítico que ali se respira: um memorismo desapiedado, um rame-rame de coisas desinteressantes, o massacre sistemático da inteligência e da imaginação dos alunos. Trabalho pessoal, nada ou quasi nada. Bastam os apontamentos do mestre, decorados linha a linha. De resto, os estudantes já o sabem; vão ali para *tirar a cadeira*; não podem bem cumprir *porque têm cá fora muito que fazer*, dizia-me há dias um pobre rapaz com o ar mais ingénuo dêste mundo. A escola torna-se assim um grosseiro expediente, a que se tem de recorrer para certas profissões. Não é em si mesma um alto fim

educativo, uma sólida preparação para as batalhas da existência. Por isso, o estudante enèrgicamente constituído, a quem por sorte as rodas daquele engenho não conseguiram triturar a flor da fantasia e da inteligência, sai dali com infinita amargura. Tenho ouvido a confissão de alguns.

Os professores têm naturalmente grande responsabilidade neste estado de coisas. Em primeiro lugar, a sua selecção, problema dos mais delicados do ensino universitário, não obedece geralmente a normas da mais estrita imparcialidade. Os concursos, de uma orgânica obsoleta, não dizem cousa nenhuma; o covardíssimo e jesuítico processo das bolas pretas e brancas tem dado os piores resultados; os júris escolhem os candidatos que lhes fazem geito e as escolas têm quasi sempre os professores que merecem. Depois, na maioria dos casos, atingido o ideal da vida, a *propriedade da cadeira*, o professor refastela-se e dorme a bom dormir. Se o incomodam, invoca os seus direitos adquiridos. Isto de ter hoje, no ano de 1933, em que os fundamentos da propriedade tão ameaçados andam, a propriedade duma cadeira em determinada casa de ensino, é das coisas mais grotescas que se podem imaginar. E é devido a êsse abusivo privilégio que há por aí professor, que em quinze anos de propriedade de cadeira universitária, ainda não publicou uma linha original sôbre a matéria da sua especialidade. E digo original, porque não são raros aqueles que

devem a sua própria existência profissional a trabalhos plagiados de escritores estrangeiros e até nacionais. A averiguação dêstes casos creio que se fará um dia e com exemplar justiça.

Os regulamentos anacrônicos e a legislação absurda das Universidades vêm consagrar em vez de corrigir estas deficiências. O pavor das inovações tem impedido que seja dividido o plano de estudos em dois grupos: o grupo profissional, compreendendo as disciplinas consideradas basilares para a profissão e o grupo de cultura e investigação universitária, abrangendo uma série variada de estudos, perfeitamente facultativos. Receia-se que os cursos facultativos não sejam freqüentados. Reduzam o curso profissional ao razoável, deixem respirar os pobres rapazes, que a sua natural curiosidade se virará para outros domínios. É a única forma de criar especialistas ou, pelo menos, gente sabedora de qualquer cousa.

Isto é um esbôço, bem incompleto, minhas senhoras e meus senhores, do que são em geral as nossas Universidades, logradouros de professores que não de alunos, e em especial as Faculdades de Letras, onde se faz o alto ensino da língua. O que será em condições destas êsse ensino, calculam-no V. Ex.^{as}. O estudante médio sai da Faculdade sem saber redigir capazmente uma exposição. Os erros de ortografia e de sintaxe que tenho recolhido em redacções de alunos, são de fazer corar um preto. É que o estudante anda habituado a

reproduzir com pontos e vírgulas os apontamentos do mestre. Se êste se arvora em polícia e não consente o caderno à frente, então o aluno decora-lhe a prosa; e há mestre que sente nessa coisa horrível um íntimo e não confessado prazer.

Dirão V. Ex.^{as}: os exercícios e pontos podem deixar de incidir sôbre matéria dada; escolher-se um assunto de carácter geral, literário, político, moral, e auscultar-se assim o sentir pessoal do aluno. É certo; mas quem fizer isso, transgride o regulamento, que preceitua no art. 17.º, alínea *c*) que tais exercícios escritos deverão versar *sôbre assunto de lições anteriores*. É, como vêem, a pedagogia da repetição, do mimetismo, o culto soberano do passado e da papinha feita. Desfazem-se regulamentarmente os contactos com a vida; mestre e aluno separam-se sem verdadeiramente se terem compreendido, quanto mais amado. E não raro, cá fora, ficam sendo disfarçados inimigos.

Anda, ou andava por aí de bôca em bôca, um projecto de reforma das Faculdades. É mais uma; reduzem-se, ao que se diz, as cadeiras de cada secção e atinge-se em cheio o estudo do idioma e da literatura passando-o de dois para um ano. Não obedece o propósito a uma razão de ordem pedagógica; é essencialmente uma questão mandibular. Os professores precisam mais dinheiro; o único meio que acharam foi êsse. Que dirão a isto os pobres professores liceais e primários, para quem o exercício consciencioso do seu mister está cons-

tituindo um autêntico martírio? Porque não há-de haver a coragem de dizer neste país que 50 0/0 dos professores universitários, pelo desamor da profissão, pela fossilização dos seus métodos pedagógicos e pelo inferior ensino que ministram, não merece o ordenado que lhe dão?

Mas, perguntarão ainda V. Ex.^{as}, e agora com ansiedade, por se tratar duma questão vitalíssima para a cultura portuguesa:— Como remediar o mal? Muito facilmente: extinguir os organismos, que se corromperam pela ausência absoluta de responsabilidade moral e científica, e recriá-los em bases inteiramente novas. Ainda há pouco, em Espanha, ao discutir-se o orçamento da Instrução, se verificou que algumas Universidades da província não mereciam a fictícia existência que levavam. Acordou-se em princípio na sua dissolução. Porque não fazer o mesmo entre nós, extinguindo para as recriar com vida nova, as escolas que não fornecem o devido rendimento, levando-nos um capital precioso?

A par da reforma da Universidade, reforma profunda de coisas e de homens, compensada por uma ampla autonomia, consciente e responsável, há que criar desde já um Quadro de Investigações extra-universitário. É êsse um problema da maior transcendência. Hoje em dia, dá-se entre nós um facto incrível: todo o indivíduo que seja competente para a investigação científica, terá forçosamente de entrar na Universidade, sem o qual não poderá

ser cousa nenhuma. Ora, como as Universidades têm os seus quadros fixos, a legislação incomparável da nossa terra conseguiu limitar praticamente a um pequeníssimo número de privilegiados o desejo científico de descobrir cousas novas. Todo o que não pertencer à clientela universitária terá de vegetar; não se lhe oferece ocupação, por mais altas qualidades que possua.

Desta confusão tremenda entre a cultura universitária propriamente dita, feita de síntese, e a investigação científica, de carácter preferentemente analítico, se têm originado grande parte dos males, que afligem a nossa decrépita Universidade. Crê-se geralmente que um bom investigador, só porque o é, dará um excelente professor da Universidade. É um êrro grosseiro. Só excepcionalmente assim sucede. A grande maioria dos investigadores, tirados do ambiente tranqüilo do seu laboratório ou do seu gabinete, fazem fraca figura perante auditórios numerosos; habituados ao rigor da análise silenciosa, falta-lhes naturalmente o dom das largas construções, a facilidade e a clareza em as exprimir, que devem caracterizar sobretudo o professor universitário. São duas atitudes diferentes, inconfundíveis, que se completam é certo uma à outra. Uma verdadeira cultura superior presume sempre o exercício combinado, mas independente, dessas duas actividades. A nossa Universidade confundiu tudo, porque quis abarcar tudo; daí a penúria dos seus laboratórios, onde o professor

vai uma vez por outra fazer a sua experiênciãzita, auxiliado pelo preparador. A divisão criteriosa do trabalho científico, o culto inteligente da especialização é hoje, como há trinta anos, palavra morta entre nós; e enquanto não resolvermos êsse problema, não teremos resolvido satisfatòriamente o problema universitário. É pois da mais alta urgência a criação dum Quadro de Investigações Científicas à margem da Universidade, que vá dando alimento ao seu ensino e o transforme, do verbalismo sonoro que está sendo, em qualquer coisa substancial, dinâmica e fecunda.

Há aí uma instituição, a Junta de Educação Nacional, que, em menos de quatro anos de vida e com uma dotação ridiculíssima, tem feito já uma obra exemplar de renovação e de europeização da nossa atrasada cultura. Não é pois de estranhar que algumas células universitárias, das mais pegadamente adormecidas, tenham pôsto e estejam pondo dificuldades à sua tarefa. É que a hora de dormir a sono sôlto já passou. Também é de justiça declarar que não são só alguns madraços que procuram afrouxar e possivelmente tolher o passo estugado dêsse organismo. Há ainda um ou outro universitário cavalheiro, que o desejaria pronto a servir sòmente determinadas clientelas.

É pensamento primordial da Junta criar centros de investigação científica, que venham suprir as nossas lamentáveis deficiências técnicas e satisfazer um certo número de necessidades vitais do país.

Entre essas necessidades está em primeiro lugar a do estudo da língua e a resolução dos seus problemas actuais. Criou para isso um «Centro de Estudos Filológicos». É uma instituição modestíssima, cuja penúria de meios pouco lhe permitirá fazer por enquanto; mas de cá se vai a lá e um dia, que não virá longe, caberá a êsse Centro e a outros similares a trabalhosa honra de executarem aquilo a que chamarei a grande política do idioma. De colaboração com a Universidade e a Academia seria o melhor; sem ela, se os monstros continuarem a ser o que são agora.

Essa política pode reduzir-se fundamentalmente a três classes de actividade: a investigação, a defesa e a expansão. Na primeira espécie incluem-se os trabalhos que têm por fim conhecer em tôdas as suas modalidades a fala antiga e moderna de Portugal. A obra não se deve realizar individualmente, como tem sido o caso de todos os empreendimentos tentados até agora; será o resultado duma conjugação de energias, juvenis e apaixonadas. Confiemos nos novos; porque, como dizem os velhos em momentos de rabuge, «êles fazem o que querem».

Do idioma antigo falta-nos um bom Dicionário, para o que há já valiosos materiais, carreados por Viterbo, Moraes, Cortesão e Carolina Michaëlis. Nêle se deverão inscrever todos os vocábulos e construções arcaicas até ao primeiro quartel do

século xvi. Então se verá a extraordinária opulência e poder de expressão dessa fala, que atinge em Fernão Lopes, no segundo quartel do século xv, o seu mais portentoso artista. Só com um trabalho desta natureza, feito com amor e minuciosa exactidão, será possível a desejada história da língua. O próprio Dicionário será em si já uma história parcial da língua. A parte pròpriamente moderna compete, segundo uma tradição discutibilíssima, à pachorrenta Academia. ¿Quererá ela, enfim, traduzir em cousas realmente úteis o dinheiro que consome as mais das vezes em paleio estéril? Já disse a V. Ex.^{as} a pouca confiança que deposito nesse estafado organismo. Mas... oxalá que eu me enganasse.

Falta-nos ainda organizar o estudo científico da fonética portuguesa, uma das mais complicadas da Europa, e criar laboratórios de fonética, perfeitamente apetrechados e com pessoal habilitado. Só assim evitaremos a medrança dos improvisadores e charlatães. Somos o único povo europeu que não tem uma dessas oficinas, onde os fenómenos da língua são captados nos seus diferentes aspectos e nas suas modalidades regionais. Aí virão de quando em quando, sujeitar-se à precisão dos aparelhos, o transmontano rude, com o seu característico s reverso, o minhoto de nasais abertas, o beirão da Costa, de falar cantante, e o alentejano contemplativo e comedor de ditongos. A fixação

em discos destas diferenças idiomáticas constituirá um arquivo inestimável da nossa formosíssima língua.

Mas isto ainda não basta, e o melhor está por fazer. O ideal é surpreender, viageiro de terra em terra, as cambiantes dos falares locais, colher, como num filão ignorado, as riquezas unsuspeitadas do vocabulário terrantês, tão rico de metáforas, apontar a variada sintaxe popular, tão cheia de contaminações. É assim que se deve estudar uma língua na sua realidade presente: apanhá-la *in loco*, em tôda a espontaneidade das suas manifestações, como o geógrafo dá conta exacta dos rios e das montanhas ou o geólogo das estratificações do solo.

Esta colheita vagabunda, mas metódica, da língua, entra nos novos processos da chamada geografia lingüística, totalmente ignorada, pode dizer-se, entre nós. Todos os países procuram hoje realizar os seus "Atlas lingüísticos". É, além duma necessidade científica, um ponto de honra nacional. Porque os estrangeiros e principalmente os alemães, se nos não apressamos, são capazes de o fazer e — o que é mais — de o fazer òptimamente. Ainda há cousa de dois anos andou um romanista alemão, o sr. Messerschmidt, em exploração lingüística pela Serra da Estrêla. Dessa viagem de estudo resultou um trabalho magnífico sôbre a nomenclatura das alfaias agrícolas, publicado na revista hamburguesa *Volkstum und Kultur der Ro-*

manen. Os estrangeiros estão a ensinar-nos a trabalhar. Se nos não aviamos, suceder-nos-á o mesmo que em Itália: o seu Atlas lingüístico foi feito — e magistralmente, como se vê dos quatro volumes já publicados — por suíço-alemães: os professores Jud e Jaberg. Não podem V. Ex.^{as} calcular a profunda arrelia que o facto causou e está causando aos súbditos do sr. Mussolini. O nacionalismo desbridado daqueles senhores não pode conceber que uma obra de tamanha envergadura fôsse empreendida por estrangeiros. Como partida filológica é do melhor que conhecemos.

Pelo que respeita pròpriamente à defesa do idioma, o caso é extremamente delicado, porque essa defesa tem sido, por via de regra, cometida a pessoas e organismos incapazes de compreender o problema. Em primeiro lugar: ¿ que se deverá entender por defesa da língua? Alguns pensam ingènuamente que uma língua se defende cerrando as portas às novidades estrangeiras; é o critério nacionalístico, transferido ineptamente para o idioma, que é uma coisa profundamente humana, mas menos nacional do que muita gente supõe. E logo se encomendou o caso ao *Diário do Govêrno* e se mandou traduzir em vernáculo os letrados estrangeirados que por aí efectivamente pululam. Ora verificou-se que o português do *Diário do Govêrno*, gíria bárbara por vezes, era de todo impotente para uma defesa dessas.

Outros ainda procuram realizar essa obra de saneamento lingüístico em bases mais amplas e sempre com carácter mais ou menos oficial. Ainda há pouco, o meu prezado amigo Dr. João da Silva Correia propunha a criação dum Conselho Lingüístico Nacional, para evitar, como êle diz, a bundização do idioma, alargando a sua acção até aos escritores de segunda ordem... e, se calhasse, a alguns de primeira.

Tudo isto são puras utopias, que pretendem uma coisa impossível: chamar à ordem o idioma, aprisioná-lo, impor-lhe uma disciplina insuportável. A língua, como os povos, repele essa falsa ordem, a tirania do clérigo arvorado em seu bemfeitor. E assim, o problema é, não um problema de ordem, de ordem coercitiva, mas acima de tudo um problema de psicologia e de cultura. Muitos vocábulos e construções dos clérigos só foram sancionados pelo povo, porque num dado momento e para um dado aspecto da vida, o interesse do povo coincidiu com o do letrado. E a língua é, em derradeira análise, o resultado dum entendimento, duma fraterna colaboração dêsses dois elementos. A língua e a civilização.

Tôda a obra pois está em elevar mais e mais o nível de cultura do povo, para que a distância que o separa dos clérigos seja cada vez menor. De contrário, tudo será inútil. Para evitar que o taberneiro escreva *vinho* com *n* às avessas e o merceiro da periferia *preço* com dois *ss*, será sem-

pre impotente a polícia, cuja ignorância aliás é proverbial entre nós. Tudo se resume pois a um elementar problema de cultura; e todos os outros problemas portugueses, criam-no V. Ex.^{as}, dependem dêle ou giram em volta dêle.

Resta-nos falar da política externa do idioma, da sua difusão lá fora.

Num inquérito, promovido pela revista francesa *La Nature*, verificou-se que há no mundo 63 milhões de pessoas que falam português. E se tomarmos em conta o rapidíssimo desenvolvimento populacional do imenso Brasil e as nossas possibilidades como país colonial, não é temerário afirmar que no ano de 2000, a que nenhum de nós provavelmente chegará, essa cifra se poderia elevar a cêrca de 100 milhões. Isto, na melhor das hipóteses, se o mundo entrar em eixos *novos* e não buscar tantas causas de destruição como está buscando. Esta cifra considerável obriga-nos desde já a uma reflexão e impõe-nos desde já uma atitude. Qual a posição do português de Portugal para com o português de além Atlântico? Os nossos irmãos brasileiros, maiormente os que padecem da borbulha do nativismo, consideram-se os donos do português, lançam-nos na balança o pesado argumento dos seus 43 milhões de habitantes e, quando recalçitramos, chamam-nos galegos, ignorando talvez o muito que há de verdade na suposta injúria. Êste estado de espírito, feito de incompreensão mútua, produto negregado do vesgo na-

cionalismo, tem dado coisas irritantes e provocado a comédia da ortografia.

V. Ex.^{as} conhecem o caso: alguns escritores nacionais julgaram um dia que, para serem vendidos no Brasil, necessitavam de usar uma ortografia que não escandalizasse (!) demasiadamente os brasileiros; e, num espírito inqualificável de subserviência, foram-se ao nosso excelente sistema ortográfico e, sem o destruir, modificaram-no, para comprazer às gentes de além-mar. Adoptaram o meio termo comercial conhecido: nem cinco tostões, nem dez tostões; fica por sete tostões e meio. Resultado: a-pesar da lei, que não governa estas coisas, quási tôda a gente ficou descontente cá e lá e não faltará muito para que se volte às posições anteriores.

É que o caso não é tão fácil como a muita gente se afigura: o português do Brasil é já hoje uma coisa diferente do português de Portugal; nem podia deixar de ser; daqui a cem anos essas diferenças serão muito mais acusadas; e daqui a quinhentos anos é quási seguro que não nos entenderemos uns aos outros. Há pois, em rigor, cientificamente, já impossibilidade de apertar as duas línguas num mesmíssimo colete. Uma reforma sensata deveria partir do conhecimento destas verdades e procurar uma base de acôrdo onde êle actualmente é possível, que o é em quási tudo, e deixar, no resto, liberdade aos usos e tendências dos dois idiomas. Por consequência, um programa

mínimo de acôrdo. De qualquer modo, respeitar no essencial a ortografia modelar de 1911, que se terá de impor e já se está impondo aos brasileiros ilustrados como uma sólida obra científica. Tudo menos esta vacilação constante e desairosa, que está padecendo a nossa língua escrita.

Há ainda outro problema ortográfico a resolver, em que será precisa a nossa interferência. Refiro-me ao da ortografia galega. V. Ex.^{as} sabem que para cima da risca prateada do Minho vive e sofre um grupo de dois milhões de homens, que falam a nossa língua e sentem a nossa alma; e que fora da Galiza, outros dois milhões ou mais mourejam em terra alheia, não raro ao lado de portugueses. Todos êles, presentes e ausentes, desejam a autonomia para a realização integral das possibilidades da sua cultura. Campo e mar andam em luta travada contra as cidades, onde se aninham os temíveis caciques, que recebem ordens de Madrid. E o campo e o mar acabarão por vencer e a Galiza acabará por ser livre, por ser *ceibe*, porque assim o deseja o povo humilde e a mocidade das escolas.

Estamos assistindo neste momento a um espectáculo único na vida de um povo: gente nova e culta, em bandos, espalha-se por veigas e montanhas e leva ao rude campónio, faminto de pão e liberdade, a voz imperativa da terra.

É a aliança tôda poderosa entre os clérigos e o povo. E nada havendo que possa resistir a êste

exército juvenil, a Galiza amanhã terá a posse de si mesma; e uma civilização, a que cinco séculos de cesarismo político não conseguiram destruir o curioso indigenato, desentranhar-se-á em frutos de cultura e poderá ainda exercer um papel considerável no xadrês variado da Península. Essa civilização terá como veículo expressivo uma língua, que já nos encantou no verso indefinível de Rosalia e agora nos anda a deliciar na prosa romântica de Pedrayo. Aprenderão os galegos o seu idioma oficialmente e aprenderão o castelhano por intermédio da sua língua materna. Vai haver pois necessidade de se resolver o seu problema ortográfico. Os portugueses ainda não se compenetraram das enormes responsabilidades que êsse simples factos nos pode trazer e das grandes vantagens de ordem política, cultural e económica que nos podem vir da sua decente resolução. As tentativas que se têm feito padecem de timidez e são fogo de vistas; precisamos de entrar no caminho das francas realizações.

Em primeiro lugar, há necessidade de fazer da futura capital da Galiza, que será certamente S. Tiago de Compostela, um foco activo de cultura portuguesa. Existe já por lá um Instituto de Estudos Portugueses, mantido à custa do govêrno espanhol, coisa deprimente, que, justamente por sê-lo, não tem dado, nem pode dar nunca os devidos resultados. A expansão desejada da língua e da cultura não se poderá fazer por intermédio de

cursillos; deverá ser antes qualquer coisa de permanente e metódico, uma como que sucursal do espírito português, que tenha meios de levar a sua acção através de tãda a Galiza. É óbvio que o govêrno espanhol não poderá ter um fervoroso interesse numa obra destas. Compete-nos a nós tomar a iniciativa e pagar do nosso bôlso. Resultado prático, para só falar do prático: o livro português conquistaria no total uma população de mais de quatro milhões de almas para a sua expansão. Os livreiros portugueses já teriam medido o alcance económico duma obra destas? Não me parece. Quando estive últimamente na Galiza não topei com um único livro português em livrarias da terra.

O problema importantíssimo da difusão do idioma leva-me ainda a focar dois dos seus aspectos. Devido aos esforços porfiados da Junta de Educação Nacional, introduziu-se êste ano escolar pela primeira vez na agregação francesa de espanhol um ponto de língua e literatura portuguesa. Esta primeira conquista não terá o menor êxito, se paralelamente não fôr instituído nas Universidades do sul de França o leitorado de português, porque os franceses, ao contrário dos alemães, continuam a ignorar profundamente a nossa língua; e êsse ponto da agregação, que tanto nos interessa manter, poderá muito bem, por dificuldades de ordem linguística e até bibliográfica, ser pôsto de lado, como coisa de pouca monta. Há

mesmo suspeitas de que assim está sucedendo nalgumas Universidades francesas. O caso preocupa a Junta de Educação Nacional. Para o resolver eficazmente e com elegância falta-lhe uma coisa, que, segundo leio nas gazetas, anda por aí a rodos: o dinheiro!

O outro ponto, e êste final, para que desejo chamar a atenção de V. Ex.^{as} e que é o coroa-mento dum boa política do idioma: a organização dum curso de férias em Sintra. Não basta ensinar o português lá fora; é indispensável para o mestre e para os alunos estrangeiros ensiná-lo cá dentro. Para isso se criaram os cursos de férias, cuja importância económica e cultural será desnecessário encarecer. No nosso país tem funcionado já um, na Universidade de Coimbra, essa grande aldeia, que parece ter monopolizado entre nós as iniciativas pedagógicas. Não tenho tempo para me referir aqui à organização desses cursos, que não têm dado resultado visível, e que são um pouco para *armar*, como quasi tudo o que nos vem dessa pitoresca cidade, da qual estamos recebendo a civilização e a imensa felicidade que nos está sendo infligida. Quero apenas dizer a V. Ex.^{as} que não podia ser menos bem escolhida para cursos de verão uma terra, em que o termómetro marca não raro, nos dias caniculares, 40 graus à sombra. Por isso um curso de férias em Sintra, o suave retiro tão querido dos estrangeiros, impõe-se como medida urgente. A sua

organização é a cousa mais fácil do mundo. O pouco dinheiro dispendido seria largamente compensado; e o estrangeiro, que uma vez sentisse o ar fino e cheiroso da serra, provasse os vinhos e a fruta da várzea e mergulhasse nas águas do Atlântico, nunca mais esqueceria esta deliciosa terra hospedeira e o seu bellissimo idioma.

Com isto, minhas senhoras e meus senhores, chegámos ao fim do nosso trabalho. Êle não tem outro merecimento além da pequenina coragem, hoje infelizmente tão rara, de apontar aos homens de bem do meu país êste facto incontestável: os organismos, que têm por missão official o estudo, a vigilância, a cultura do idioma estão em vergonhosa decadência. E como a língua é a expressão mais pura e acabada do nosso génio e da nossa civilização, tudo o que se fizer em seu proveito e em geral no da cultura será bem vindo, nem que para isso se tenha de sacrificar o sono de alguns mandarins ou a arrastada e envilecida existência dalgumas instituições menos produtivas. Manter o que está e como está é que nunca.

Se V. Ex.^{as} mediram o caminho percorrido e estão ainda lembrados das aventuras da jornada, hão-de ter notado que, a par de muita amargura, houve também nas minhas palavras um clamor alvoroçado de optimismo. Para além das tristezas e das vergonhas do presente, pressinto, sem ser visionário, uma época vivaz e promissora. Há por aí uma geração, retemperada no sofrimento,

desiludida dos profetas e dos salvadores, implacável, serêna, que está esperando a sua hora. Ela virá. E se até lá, os velhos continuarem a dizer-vos: — «O futuro a Deus pertence!» — deixem-nos dizer e rabujar; o futuro pertence à gente e seremos nós e só nós os fabricantes do nosso destino!



